



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

18/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Reforma da Previdência - Governo começa a discutir mudanças

Após uma série de críticas que minaram os planos de fazer tramitar a proposta da desvinculação do Orçamento ao mesmo tempo da reforma da Previdência no Congresso, o governo agora se movimenta para manter elevadas as expectativas do mercado e deu início a discussões sobre mudanças na estrutura tributária do país. Na quarta-feira (13), o presidente Jair Bolsonaro recebeu o ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e o secretário Especial da Receita, Marcos Cintra, em conversa na qual debateram propostas de reforma tributária. Hauly, que deixou o mandato de deputado em janeiro deste ano, foi relator de um projeto aprovado em comissão especial na Câmara no fim do ano passado.

O Ministério da Economia quer antecipar as discussões internas e as conversas com o Congresso para que as estratégias sejam definidas e os poderes Executivo e Legislativo estejam afinados, com uma proposta engatilhada logo após eventual aprovação da reforma da Previdência. O entendimento é que a prioridade será a tramitação das mudanças nas regras da aposentadoria. Depois da aprovação, a reforma tributária e a desvinculação do Orçamento poderiam correr juntas no Legislativo, já que são temas correlatos e que se complementam.

Na visão do ministro Paulo Guedes, a flexibilização orçamentária daria mais poder ao Congresso para decidir como alocar os recursos públicos, além de descentralizar os repasses, ampliando a fatia destinada a estados e municípios. Contudo, a proposta defendida pelo ministro foi alvo de críticas de governadores e aliados. A reforma tributária, por sua vez, poderá permitir um redesenho do sistema para que seja possível levar os recursos aos governos regionais.

**Leia mais:** Jornal Diário do Litoral – 18/03/2019

## Nova audiência para debater reforma da previdência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência pública nesta segunda-feira (18), às 9h, para discutir com entidades de aposentados e pensionistas as mudanças na Previdência Social propostas pelo governo. O pedido para a audiência é do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

A reunião contará com a participação da diretora do Instituto Portal dos Aposentados, Rita Siqueira Dienstmann; do presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martin Gonçalves; do presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), Edison Guilherme Haubert; do presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Centrape), Francisco Canindé Pegado de Nascimento; do presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafirc), Ogib Teixeira de Carvalho Filho; e do presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal, João Florêncio Pimenta.

Os benefícios já concedidos a aposentados e pensionistas não devem sofrer alteração, mesmo que aprovada a nova Previdência.

**Fonte:** Jornal Diário do Litoral – 18/03/2019

## Proposta de militares eleva custo da categoria

O novo presidente da Comissão de Constituição e A proposta entregue pelo Ministério da Defesa de reforma da previdência dos militares inclui uma reestruturação na carreira da categoria, com aumento de benefícios, que representaria um custo extra em torno de R\$ 10 bilhões nos primeiros dez anos. Nos anos seguintes, porém, a economia com o endurecimento das regras previdenciárias ultrapassaria as despesas que seriam geradas com aumento de gratificações, bônus e criação de um novo posto na carreira.

Os dados mostram que a despesa superaria a receita entre 2021 e 2029, caso a proposta fosse aprovada e colocada em prática no ano que vem. Em 2021, a diferença é de R\$ 200 milhões, mas o buraco aumentaria nos anos seguintes até 2029. A proposta do Ministério da Defesa foi apresentada na quarta-feira ao Ministério da Economia. Segundo apurou o Estado, os técnicos vão agora validar os cálculos feitos pela área militar para levar o texto ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Procurada, a Defesa informou que o custo ainda está sendo revisado com a Economia. No Planalto, fontes asseguram que o governo ainda trabalha para zerar a conta. Entre os aumentos de despesas para a União estão benefícios como dobrar o bônus na passagem para a reserva (de quatro para oito soldos, parte principal do salário); a criação de um novo posto (sargento-mor); o incremento nos vencimentos dos militares com gratificações que variam conforme o tempo de serviço (entre 5% e 41%); e o reajuste nas gratificações pagas por cursos de especialização. Essa seria a contrapartida pedida pelos militares para aceitarem dar sua “cota de sacrifício” à reforma da Previdência, que inclui aumento gradual da contribuição previdenciária dos atuais 7,5% para 10,5% - que seria cobrada de todos, inclusive alunos de escolas militares, recrutas e pensionistas - e elevação do tempo de contribuição de 30 anos para 35 anos. Mas essa exigência só seria cobrada para os novos integrantes. Para os atuais, seria cobrado pedágio por volta de 20% sobre o tempo que falta para se aposentar.

**Leia mais:** Jornal Diário do Litoral – 16/03/2019

## Juro do crédito vai demorar a cair com cadastro positivo

A queda nos juros para quem honra seus pagamentos, principal argumento em defesa do cadastro positivo, deve demorar a ser sentida pelo mercado. O projeto que torna automática a inclusão de consumidores no banco de dados foi aprovada pelo Senado na última semana e aguarda apenas sanção presidencial para virar lei. Segundo analistas, porém, vai levar um tempo até os birôs de crédito (os gestores do cadastro) reunirem informações suficientes sobre as pessoas. Se o presidente Jair Bolsonaro der seu aval, passa a valer um prazo de 90 dias para que o cadastro comece de fato a ser usado por quem concede crédito para análise do risco de calote de clientes. O período serve como uma transição mais suave para quem não quer estar no cadastro se manifestar junto aos birôs — embora o pedido para exclusão possa ser feito a qualquer momento, ressaltava Marcelo Fortes, do Fortes & Prado Advogados. É também um momento para as instituições financeiras desenvolverem formas de enviar os dados para os birôs irem engordando sua base.

“Imediatamente, não muda nada. As pessoas não vão começar instantaneamente a pagar menos [juros]. O cadastro vai sendo construído conforme as pessoas vão tendo seu escore [nota que mede o risco de calote] levado em conta”, diz Michael Viriato, coordenador do laboratório de finanças do Insper. Na estimativa de Dirceu Gardel, do birô Boa Vista Serviços, a queda nos juros deve começar a ocorrer no início de 2020. Hoje, a adesão ao cadastro positivo, que existe desde 2011, é voluntária, e a base agrega cerca de 11 milhões de nomes. O que predomina no Brasil é o cadastro negativo, com informações de inadimplência. “Apesar de o cadastro positivo existir há um tempo, muitas pessoas não formaram nota. Vamos começar quase do zero. Nos Estados Unidos, quando o indivíduo nasce já começa a contar ponto”, diz Viriato.

**Leia mais:** Jornal Folha de S. Paulo – 18/03/2019